

Bird aprova crédito ao Brasil

**São US\$ 245 milhões
para a educação e
US\$ 260 milhões
para a Petrobrás**

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — A diretoria do Banco Mundial (Bird) aprovou ontem dois empréstimos para o Brasil, num total de US\$ 505 milhões: US\$ 245 milhões para um programa de melhoria do ensino básico em São Paulo e US\$ 260 milhões para a expansão da capacidade de produção e distribuição de derivados pela Petrobrás.

O crédito à Petrobrás, o primeiro concedido pelo Bird à maior estatal brasileira, financiará parte de um programa orçado em US\$ 623 milhões a ser executado em quatro

anos, que inclui a construção de 200 quilômetros de gasodutos e mais de 600 quilômetros de oleodutos. O objetivo é aumentar o consumo de gás natural no País.

As reservas brasileiras conhecidas de gás natural são de 115 bilhões de metros cúbicos, mas a produção diária, de 17,2 milhões, no ano passado, respondeu por apenas 2,3% do consumo de energia no País.

O empréstimo para a Secretaria de Educação de São Paulo será usado num projeto que tem a ambição de reverter a calamitosa situação do ensino primário e secundário na maior metrópole da América do Sul.

Os novos créditos elevaram para US\$ 955 milhões o montante de novos recursos obtidos pelo Brasil no ano fiscal do Bird, que termina no fim do mês.

É menos do que os quase US\$ 1,6 bilhão que o País conseguiu no ano

passado e um pouco mais do que o total aprovado em 1989. Ambos os empréstimos são de desembolso lento e não ajudarão a reverter o problema de transferência líquida negativa de recursos que o País tem com os bancos multilaterais de desenvolvimento. Computadas amortizações, juros e comissões, no ano passado o Brasil pagou ao Bird US\$ 1,2 bilhão além do que recebeu em desembolsos. A transferência negativa com o Bird foi de US\$ 300 milhões.

O secretário do Planejamento, Pedro Parente, que está em Washington para conversas com os dois bancos e o Fundo Monetário Internacional, disse que o governo trabalhará para aumentar o volume dos empréstimos do Bird, mas pretende fazê-lo de forma mais racional e eficaz. "Pretendemos estabelecer um sistema de gestão para fazer o planejamento, orçamento e avaliação dos projetos em caráter

permanente" e evitar a inversão que ocorria no passado, quando o governo fazia pedidos de financiamento dependendo de sua disponibilidade de recursos.

Isso criou uma situação distorcida, na qual o País acumulou um total de US\$ 4,6 bilhões em empréstimos aprovados e não desembolsados, sobre os quais paga uma taxa anual de 0,75% (US\$ 34,5 milhões por ano). Muitos desses créditos foram dados a projetos que não prosperaram, deixaram de fazer sentido economicamente mas não são cancelados por razões políticas. Para evitar a repetição desse problema, no futuro, Parente disse que o governo federal está estudando com o Bird a inclusão nos contratos de cláusulas de cancelamento automático de empréstimos, a fim de assegurar a continuidade dos projetos e permitir uma melhor utilização dos recursos externos pelo País.